

Safra de verão deve crescer 24% no Estado

Estimativa foi revisada para baixo pela Emater devido à redução de produtividade da soja após estiagem em janeiro

Claudio Medaglia, de Não-Me-Toque
claudiom@jcrs.com.br

O Rio Grande do Sul deve colher 32,8 milhões de toneladas de grãos na safra de verão 2025/2026, volume 24% superior ao registrado no ciclo anterior. A projeção foi apresentada ontem pelo presidente da Emater/RS, Claudinei Baldissera, na Expodireto Cotrijal, em Não-Me-Toque, com a divulgação da segunda estimativa da safra no Estado. O avanço ocorre sobre uma base considerada fraca. A safra 2024/2025 foi fortemente afetada pela estiagem, o que reduziu significativamente o volume colhido. Embora o atual ciclo também tenha enfrentado períodos de escassez de chuvas em algumas regiões, o impacto geral tende a ser menor.

No acompanhamento das lavouras, foi identificada a redução de 7,1% na produção projetada em relação à primeira estimativa, divulgada no início do ciclo, que apontava 35,4 milhões de toneladas. A principal revisão ocorreu na soja, cultura que concentra a

maior área plantada no Estado. Depois de registrar 13,2 milhões de toneladas na safra passada, com quebra estimada em 38%, a oleaginosa deve alcançar 19 milhões de toneladas no ciclo atual. Ainda assim, o número representa queda de 11,3% em relação à projeção inicial, reflexo das perdas de produtividade causadas pela falta de chuvas e pelas altas temperaturas em janeiro.

Algumas regiões concentram impactos mais expressivos. Na área de abrangência da regional de Santa Rosa, a estimativa indica redução média de 27% no rendimento das lavouras em comparação ao potencial inicialmente projetado.

Entre as demais culturas de verão, o milho apresenta desempenho mais favorável. A área cultivada foi estimada em 803 mil hectares, com produtividade média de 7.424 quilos por hectare e produção de 5,9 milhões de toneladas.

Em relação à estimativa inicial, houve aumento de 2,3% na área plantada e avanço de cerca de 3% na produção projetada. O

crescimento também é expressivo na comparação com a safra passada, com ampliação de quase 100 mil hectares cultivados no Estado.

Segundo Baldissera, o resultado reflete a resposta dos produtores aos estímulos à cultura. “Mesmo com algumas lavouras atingidas pela falta de chuva, o cenário geral do milho é positivo”, afirmou. As regiões administrativas de Santa Rosa, Ijuí e Caxias do Sul concentram as maiores áreas de cultivo do grão no Estado.

No caso do arroz, os dados acompanham a revisão feita pelo Instituto Rio Grandense do Arroz. A área plantada foi ajustada de 920 mil para 891 mil hectares, retração de 3,1% em relação à estimativa inicial. A produtividade, no entanto, permanece praticamente estável, uma vez que a cultura é majoritariamente irrigada, levando a uma estimativa de colheita de 7,8 milhões de toneladas.

No milho destinado à silagem, utilizado principalmente na alimentação animal, a Emater/RS estima redução de 5,7% na



Baldissera apresentou expectativa de 32,8 milhões de toneladas de grãos

área cultivada e queda de 1,3% na produtividade. Como consequência, a produção projetada recua 6,9% em relação à estimativa inicial, chegando a 13 milhões de toneladas. As principais regiões produtoras são Santa Rosa, Ijuí e Lajeado, áreas com forte presença da atividade leiteira. Além dos números da safra, a Emater/RS também chamou atenção para os efeitos econômicos da redução de

produtividade, especialmente nas regiões mais atingidas pela falta de chuvas. Segundo Baldissera, embora a quebra projetada para a soja seja menor do que a registrada no ciclo passado, o impacto financeiro para os produtores permanece significativo. “O impacto econômico é importantíssimo. Em algumas regiões e municípios há lavouras com perdas de 50% ou 60%”, afirmou.

Leite articula hoje no Senado votação de projeto para renegociar dívidas do agro

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, cumpre agenda hoje em Brasília para defender a votação do Projeto de Lei 5.122/2023, que cria um mecanismo de renegociação de dívidas do agronegócio afetado por perdas climáticas. A proposta será apresentada ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, em reunião solicitada pelo governo gaúcho.

O projeto, de autoria do deputado federal Pedro Westphalen, já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e prevê a criação de uma linha especial de crédito para refinar dívidas acumuladas por produtores rurais após sucessivas frustrações de safra no Estado. A agenda em Brasília também inclui

reuniões com o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, e representantes do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

Segundo Leite, o objetivo é convencer o Senado da urgência de votar o projeto diante do aumento do endividamento no campo.

“Não estamos pedindo anistia de dívidas, mas a possibilidade de refinanciamento com juros menores”, afirmou o governador durante participação na Expodireto Cotrijal, em Não-Me-Toque.

Questionado sobre a estratégia para sensibilizar Alcolumbre, Leite afirmou que levará a Brasília um conjunto de argumentos técnicos preparados em parceria

com entidades do setor produtivo. O material foi elaborado pela Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul e reúne dados sobre o impacto das perdas climáticas e a evolução do endividamento rural no Estado.

Segundo o governador, o objetivo é demonstrar que o projeto alcança um conjunto mais amplo de dívidas do que as medidas já adotadas pelo governo federal.

“O presidente Alcolumbre, no encontro que tivemos em 2025 sobre o tema, havia pedido que conversássemos com o governo federal para tentar ajustes na Medida Provisória (1.314/2025) editada no ano passado”, afirmou.

De acordo com Leite, apesar

de alterações posteriores – como a ampliação do período de abrangência da MP –, os ajustes não foram suficientes para resolver o problema do endividamento. Ele argumenta que muitos produtores acabaram renegociando débitos com recursos livres do sistema bancário, com taxas mais elevadas.

“A maior parte dos produtores acabou refinanciando dívidas com recursos livres dos bancos, com juros em torno de 18% ao ano. Isso adiou o problema, mas não solucionou”, disse.

Para reforçar o pleito, o governo gaúcho apresentará ao presidente do Senado um estudo técnico que aponta que o endivi-

damento do setor não está concentrado apenas no sistema bancário. Segundo o levantamento da Farsul, grande parte dos débitos envolve cooperativas, fornecedores de insumos, cerealistas e tradings, muitas vezes formalizados por meio de Cédula de Produto Rural (CPR).

A proposta prevê a criação de uma linha de crédito de até R\$ 30 bilhões com recursos do Fundo Social do Pré-Sal para quitar essas dívidas e transformá-las em financiamentos de longo prazo. Pelo modelo previsto no projeto, os produtores poderiam renegociar débitos com prazo de até dez anos, incluindo três anos de carência e juros entre 3,5% e 7,5% ao ano.



Quem trabalha na indústria, comércio ou serviços, ou ainda preparando aquele cafezinho com leite, também faz parte do ciclo do agro.

É por isso que o Senar existe, para apoiar o agronegócio com Assistência Técnica e Gerencial, Formação Profissional Rural e Promoção Social às famílias rurais, contribuindo para sustentar toda a cadeia produtiva. Porque quando o agro vai bem, a vida anda melhor.



senar-rs.com.br | senar_rs
senarriograndadosul | senarrs